

Um antropólogo de volta aos museus

Moema de Rezende Vergara*

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: Departamento de Museus e Centro Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

O livro mais recente de José Reginaldo Gonçalves é formado por diversos artigos que versam sobre vários temas relativos aos museus e que foram produzidos de 1989 a 2005. Um dos prazeres da leitura foi acompanhar os percursos de pensamento do autor. Esta resenha pretende fazer uma leitura horizontal do livro, destacando os elementos que nos ajudam a entender conceitos fundamentais, como objetos, patrimônio e museus. Para mim, que tenho o museu como meu cotidiano, foi bastante instigante ler as reflexões de um antropólogo que nos convida a “estranhar” aquilo que nos é familiar.

Explico agora o título que dei para esta resenha: a relação entre museus e antropologia é bastante íntima. A história da antropologia foi sendo construída na medida em que as fronteiras do mundo ocidental iam-se “alargando”. O destino das coleções reunidas pelos viajantes naturalistas que partiam das metrópoles eram os seus museus nacionais. Deste ponto de vista, podemos afirmar que o museu era o lugar aonde se ia para ver o “outro”, objeto privilegiado de estudo da antropologia. Cabe lembrar que antes das universidades, o lugar de formação dos antropólogos eram os museus de história natural. Este é o caso brasileiro e o papel do primordial do Museu Nacional, considerado o berço da antropologia no país. Nossos primeiros “antropólogos” surgiram lá, como Ladislau Netto, diretor da instituição desde 1874 e responsável pela *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882 juntamente com João Batista de Lacerda que, por sua vez, desenvolveu importantes estudos sobre os botocudos. No começo do século XX, temos a marcante figura de Roquette-Pinto, que atuou no Museu desde 1906 e chegou a diretor em 1926.

Esta narrativa é bem conhecida de todos, os próprios antropólogos já fizeram exaustivamente a crítica da origem de sua disciplina, buscando novos objetos e se afastando de uma abordagem “eurocêntrica” e evolucionista. E as questões que José Reginaldo tem que enfrentar são de outra ordem. No final do século XX, os profissionais que trabalham nos museus já podem ser chamados de museólogos e a museologia se institucionaliza. Agora o encontro da museologia com a antropologia tem um caráter interdisciplinar. José Reginaldo nos ajuda a entender a trajetória da museologia no Brasil, que começa no Museu Histórico Nacional (MHN), fundado por Gustavo Barroso em 1922. Interessante saber que os cursos de museologia, em nível de graduação, existem somente no Brasil, uma vez que, nos demais países, só há cursos de pós-graduação. O curso que hoje funciona na UNIRIO é herdeiro da escola do MHN (cf. p. 92).

Contudo, para José Reginaldo, nas últimas décadas do século XX, o reencontro frutífero dessas disciplinas se manifesta na escolha de temas caros às duas disciplinas como objetos, coleções, arquivos, patrimônio cultural e a própria instituição dos museus. Segundo o autor, a perspectiva da antropologia simbólica nos ajudaria a ver os objetos não mais como “parte de uma totalidade social e cultural que se confunde com os limites de uma determinada sociedade”, mas sim enquanto um sistema simbólico. Assim, os objetos não possuem apenas valor de uso, mas contribuem para o entendimento da organização da vida social (cf. p. 21). Assim, os objetos poderiam ser compreendidos a partir da idéia de “fatos sociais totais” de Marcel Mauss, que problematizaria mais profundamente as categorias classificatórias usadas pelo observador. Isto pode ser visto principalmente quando classificamos determinados conjunto de objetos como patrimônio cultural,

* MAST/MCT. PPG-PMUS/UNIRIO-MAST

fazendo com que esses objetos nos inventem, uma vez que eles materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente (cf. p. 29). Em outro artigo, José Reginaldo oferece ao leitor uma concepção mais profunda de patrimônios culturais. Segundo ele, estes deveriam ser entendidos como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre passado e presente, vivos e mortos, nacionais e estrangeiros, etc. (cf. p. 198). Para o autor a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade, para a etnografia, os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Estes bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos, servem a propósitos práticos, mas possuem ao mesmo tempo significados mágico-religiosos e sociais (cf. p.110). Por isto, o autor propõe a idéia de “fatos sociais totais” para entender patrimônio, na medida em que vemos este último em seu conjunto, contribuindo para sua desnaturalização e tornado mais uma voz nos diálogos sociais.

A idéia ver o patrimônio através do prisma de fatos sociais totais perpassa todo o livro. O desafio de José Reginaldo reside na reflexão entre as limitações e as possibilidades que a noção de “patrimônio” (podendo ser material ou imaterial) apresenta enquanto categoria de pensamento. Ao remeter a noção de patrimônio à de propriedade, o autor nos lembra que se trata de bens de natureza econômica, social, religiosa, jurídica entre outras e que são extensões morais de seus proprietários. José Reginaldo argumenta que se discute a presença ou ausência do patrimônio, a necessidade de preservá-lo, mas não a sua existência. O livro nos apresenta diversos estudos de caso que podem nos auxiliar na compreensão mais fecunda do termo “patrimônio”. Assim, compara as festas do divino Espírito Santo entre imigrantes açorianos no Brasil e nos Estados Unidos. Neste estudo, ele conclui que o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar e comunicar; ele é bom para agir, na medida em que cria uma mediação entre o visível e o invisível, indo além da representação de idéias abstratas (cf. p. 114).

Um caminho proposto por José Reginaldo é pensar “patrimônios culturais” enquanto discursos, que partem de um autor posicionado e que se dirigem e respondem a outros discursos. Segundo ele, determinados objetos para serem considerados parte do patrimônio devem ter “ressonância” junto ao público. A concepção de ressonância presente no livro retoma a idéia de Stephen Greenblatt, que diz: “por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no espectador as forças culturais completas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o espectador, o representante” (GREENBLATT apud GONCALVES, 2007, p. 215). Esta noção de reverberação completa o caráter dialógico do patrimônio no âmbito da cultura.

Nós, que trabalhamos em museus, devemos nos lembrar que na tradição ocidental a função de mediação entre o indivíduo e seu patrimônio cultural é desempenhada em grande escala pelos museus, os quais, nas palavras do autor, [aqueles] são “espaços materiais de representação social” (cf. p. 82). Ou seja, os museus desempenham importante papel na construção de identidades, seja individual ou coletiva. Uma última consideração nossa seria a respeito dos museus de ciência, que não são tratados no livro de José Reginaldo. Seria possível pensá-los a partir do conceito de patrimônio apresentado no livro? No caso específico dos museus de ciência, seu papel de mediação é entendido em outro sentido, ou seja, de traduzir para o grande público conhecimentos que a princípio estão restritos ao grupo dos especialistas [para o grande público]. Após a leitura deste livro de José Reginaldo Gonçalves, arrisco afirmar que um de nossos desafios é ver como a ciência é parte constitutiva do patrimônio cultural brasileiro e, assim, participando do diálogo que nunca cessa entre ciência, cultura e sociedade. ■